

vista o cumprimento do estágio probatório no exercício de 2020, bem como a observância dos requisitos previstos na Resolução Administrativa nº 05/2013, publicada no D.O.E. de 02/08/2013 e na Lei nº 16.920/2019, publicada no D.O.E. de 28/06/2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de dezembro de 2020.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº 594/2020

NOME DO SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA	PROGRESSÃO FUNCIONAL A PARTIR DE:
			REFERÊNCIA	REFERÊNCIA	
JULIANA ALVES SEGUNDO	ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO	1386-1	REF-06	REF-09	04/08/2020

*** **

PORTARIA 595/2020

Dispõe sobre a indisponibilidade dos Serviços Eletrônicos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará que repercute nos prazos processuais para os jurisdicionados, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO o teor da Resolução Administrativa nº 006/2016, especificamente as disposições do §2º, do artigo 9º, publicada no D.O.E/TCE-CE de 27/04/2016, que disciplina o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 20 da Resolução Administrativa nº 13/2020, publicada no D.O.E/TCE-CE de 04/11/2020, a qual disciplina o recebimento de peças processuais, documentos e petições, a conversão de documentos e processos físicos para o meio eletrônico e o Portal de Serviços Eletrônicos no âmbito do TCE/CE;

CONSIDERANDO as disposições dos §§1º e 2º, do artigo 10, da Lei nº 11.419/2006, de 19 de dezembro de 2006, que assegura tempestividade aos atos processuais efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do respectivo prazo, a par das disposições do § 2º do mesmo artigo 10, o qual prorroga automaticamente o termo final para a prática de ato processual sujeito a prazo e impossibilitada pela ocorrência de indisponibilidade técnica do sistema;

CONSIDERANDO o disposto do Regimento Interno, notadamente nos artigos 80-A ao art. 80-P, combinado com a Resolução Administrativa nº 08/2020, publicada no D.O.E/TCE-CE de 30/07/2020, que disciplinam o funcionamento das Sessões Virtuais de julgamento e o modo de sustentação oral das sessões do Plenário e das Câmaras no Sistema do Plenário Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras relativas ao período de indisponibilidade técnica nos sistemas que implicam em prorrogação de prazos processuais, para proporcionar aos jurisdicionados e a seus advogados a necessária segurança jurídica quanto ao exercício de seus direitos e deveres,

RESOLVE:

Art. 1º Os serviços eletrônicos com repercussão em prazos processuais para os jurisdicionados, ficarão disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de manutenção ou de indisponibilidade técnica, nos termos desta Portaria.

Art. 2º Para fins da presente Portaria, consideram-se os seguintes serviços disponíveis no Portal de Serviços Eletrônicos:

- I- Portal de Serviços;
- II - Peticionamento;
- III- Vista Eletrônica de Processos;
- IV - Sustentação Oral no Sistema do Plenário Virtual.

§1º As manutenções programadas dos sistemas de que tratam os incisos deste artigo serão realizadas, preferencialmente, entre 0h e 9h nos dias de expediente e a qualquer hora nos feriados e finais de semana.

§2º As manutenções programadas do sistema de que trata o inciso IV também poderão ser realizadas após o encerramento da sessão.

Art. 3º Considera-se indisponibilidade técnica a interrupção de acesso aos sistemas referidos no art. 2º para a prática de ato processual sujeito a prazo no âmbito do TCE/CE, no caso de falha nos serviços de tecnologia da informação (TI) providos pelo Tribunal, inclusive conexão do Tribunal com a *internet*, ocorridos em dias úteis.

§ 1º O Tribunal realizará o monitoramento dos sistemas a fim de verificar a indisponibilidade dos serviços referidos no art. 2º ao público externo;

§ 2º As indisponibilidades por motivo técnico serão registradas em relatório acessível ao público no sítio eletrônico do TCE/CE, devendo conter as informações de data, horário de início e término da ocorrência.

§3º A informação de interrupção estará acessível preferencialmente em tempo real ou, no máximo, até o próximo dia útil seguinte ao da indisponibilidade.

Art. 4º É de responsabilidade do usuário dos sistemas:

I - o acesso ao seu provedor da *internet* e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;

II - o acompanhamento do regular recebimento das petições e documentos transmitidos eletronicamente;

III - a aquisição, por si ou pela instituição a qual está vinculado, do certificado digital, padrão ICP-Brasil, emitido por Autoridade Certificadora credenciada e respectivo dispositivo criptográfico portátil.

Parágrafo único. Não é considerada indisponibilidade técnica a impossibilidade de acesso aos sistemas que decorrer de falha nos equipamentos e/ou soluções de TI dos usuários, ou de suas conexões com a *internet*.

Art. 5º A não obtenção de acesso ou credenciamento no Portal de Serviços Eletrônicos do TCE/CE, bem como eventual problema de transmissão e/ou recepção de dados não imputáveis a falhas no referido portal, ou indisponibilidades técnicas ocorridas em dias não úteis, não servirão de escusa para o descumprimento de prazos legais ou regulamentares.

Art. 6º Os prazos processuais que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade técnica do Portal de Serviços Eletrônicos, Sistema de Peticionamento e Vista Eletrônica de Processos serão prorrogados para o dia útil seguinte, quando:

I - a indisponibilidade for superior a 60 (sessenta) minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre as 9h00 e 23h00; ou

II - ocorrer indisponibilidade entre 23h00 e 00h00.

§1º Caberá ao interessado, quando do envio das peças processuais, comprovar a indisponibilidade nos termos dos incisos I e II.

§2º Excetuam-se das disposições previstas no caput deste artigo as manutenções ou indisponibilidades técnicas ocorridas entre 0h00 e 9h00 dos dias de expediente do TCE/CE e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora.

§3º A prorrogação de prazo de que trata o presente artigo não se aplica ao pedido de Sustentação Oral no Sistema do Plenário Virtual.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de dezembro de 2020.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº 596/2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995).

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93, que estabeleceu normas gerais de licitações e contratos administrativos, dispõe em seu art. 67 que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado”,

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor JOSÉ ROBERTO FREIRE, matrícula nº 1411-9, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato abaixo especificado:

CONTRATO Nº 32/2020

PROCESSO Nº 53290/2020-6

CONTRATADA: LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.877.285/0001-71.

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) Servidores Blade, conforme descritos no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2020-TCE/CE, e na Ata de registro de preços nº 15/2020, que passam a integrar o presente Contrato, independentemente de transcrição.

Art. 2º Em caso de ausência do servidor designado por quaisquer motivos, responderá pela gestão dos referidos instrumentos o seu substituto legal, pelo período em que se der a substituição.